



Marcha das Margaridas: apontamentos para um (eco)feminismo latino-americano¹

Tânia Aparecida Kuhnen²

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões em torno da proposta de um feminismo latino-americano que parta da experiência de mulheres do Sul Global. O objetivo consiste em buscar nos documentos construídos pela Marcha das Margaridas, que apresentam as reivindicações desse movimento brasileiro de mulheres do campo, da floresta e das águas, alguns elementos para pensar um (eco)feminismo latino-americano. Para tanto, recorre-se ao arcabouço teórico dos ecofeminismos que oferecem alguns parâmetros para pensar a interseccionalidade para além de elementos que se referem à subalternização e dominação de grupos humanos, incluindo os problemas decorrentes das relações dualista-hierárquicas de exploração dos humanos com outras formas de vida. A literatura ecofeminista auxilia a perceber que a intersecção entre questões de gênero e ambientais são centrais no fazer e pensar feminista das mulheres que integram a Marcha das Margaridas. Tal movimento constrói caminhos alternativos para as políticas de colonização da vida, pautados no enfrentamento ao agronegócio e às monoculturas destinadas à produção de *commodities*, na preservação socioambiental por meio de práticas agroecológicas e de sustentação das formas de vida humanas e não humanas e na defesa da autonomia e da diversidade da vida das mulheres camponesas.

Palavras-chave: ecofeminismos, feminismos, movimentos de mulheres rurais, Marcha das Margaridas.

¹ Parte das reflexões presentes neste artigo possuem versões prévias publicadas em anais de eventos. (KUHLEN, 2017 e KUHLEN, 2017a).

² Doutora, mestra e graduada em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Adjunta na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), em Barreiras/Bahia/Brasil, onde integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS). É membro dos grupos de pesquisa Corpus Possíveis: Educação, Cultura e Diferenças e Gestão, Inovação e Desenvolvimento, ambos vinculados à UFOB, além de colaborar com o Laboratório de Ética Ambiental e Animal (LEA-UFF) e o Grupo IPÊS (FURB). E-mail: tania.kuhnen@ufob.edu.br.

ABSTRACT: This paper presents reflections on the proposal of a Latin American feminism that starts from the experience of women located in the Global South. The aim of this paper is to search the documents constructed by the Marcha das Margaridas, which present the demands of this Brazilian movement of peasant women, for some elements to think of a Latin American (eco)feminism. To do so, we use the theoretical framework of ecofeminisms that offer some parameters for thinking about intersectionality beyond the elements that refer to the subordination and domination of human groups, including the problems arising from dualist-hierarchical relations of exploitation of humans with other forms of life. Ecofeminist literature helps to realize that the intersection between gender and environmental issues is central to the feminist thinking and doing of women of the Marcha das Margaridas. This movement builds alternative paths for the colonization of life policies, based on combating agribusiness and monocultures for the production of commodities, on socio-environmental preservation through agroecological practices and on sustaining human and non-human forms of life, and on the defense of autonomy and diversity of peasant women.

Keywords: ecofeminisms, feminisms, rural women's movements, Marcha das Margaridas.

RESUMEN: Este artículo presenta reflexiones sobre la propuesta de un feminismo latinoamericano que parte de la experiencia de las mujeres del Sur Global. El objetivo es buscar en los documentos construidos por la Marcha das Margaridas, que presentan las demandas de este movimiento brasileño de mujeres del campo, del bosque y de las aguas, algunos elementos para pensar en un (eco)feminismo latinoamericano. Para hacerlo, utilizamos el marco teórico de los ecofeminismos que ofrecen algunos parámetros para pensar sobre la interseccionalidad, además de elementos que se refieren a la subordinación y dominación de los grupos humanos, incluidos los problemas que surgen de las relaciones de explotación dualistas-jerárquicas de los humanos con otras formas de vida. La literatura ecofeminista ayuda a darse cuenta de que la intersección entre cuestiones de género y ambientales es fundamental para el pensamiento y la actuación feminista de las mujeres de la Marcha de Margaritas. Este movimiento construye caminos alternativos para las políticas de colonización de la vida, basados en confrontar los agronegocios y los monocultivos para la producción de mercancías, en la preservación socioambiental a través de prácticas agroecológicas y en el mantenimiento de formas de vida humanas y no humanas y en defensa de autonomía y diversidad de vida de las campesinas.

Palabras-clave: ecofeminismos, feminismos, movimientos de mujeres rurales, Marcha das Margaridas.

Introdução

Ao se entender os feminismos como uma luta pela libertação de relações hierárquicas que promovem a subalternidade e a “Outridade”³ por meio da desigualdade de acesso ao poder, é possível perceber uma base comum que pode unir, pelo menos estrategicamente, as mulheres em suas diferentes posições sociais, ainda que separadas por diversos marcadores sociais que podem ou não intensificar a situação de assimetria e subjugação em que se encontram – a exemplo dos marcadores de classe, raça, etnia, gênero, localização geográfica, entre outros.

Para além dessa possível base comum, pensar sobre os feminismos latinos pressupõe partir de mulheres concretas sul-americanas, contrastando a perspectiva de unicidade em torno da categoria abstrata de uma mulher universal ainda reivindicada, muitas vezes, por um feminismo *mainstream* que reproduz estratégias coloniais⁴. Mulheres são e existem de muitas formas. Mulheres são marginalizadas e oprimidas pela desigualdade de acesso ao poder associada a diferentes marcadores sociais para além do gênero. Por isso, não se pode apagar as individualidades, subjetividades e identidades de resistência dessas mulheres, que se constituem nos espaços do “locus fraturado” (LUGONES, 2014) para pensar um único feminismo latino. Nesse sentido, pensar os feminismos latino-americanos pressupõe olhar e abraçar também as mulheres do espaço rural, seus modos de viver e resistir, com conhecimentos essenciais sobre a produção e o preparo dos alimentos, em meio a plena expansão das monoculturas agrícolas marcadas pela posição bélica em relação à vida humana e não humana.

Este artigo se propõe a falar a partir do grupo de mulheres rurais, embora eu reconheça que não sou uma delas neste momento. Parto de uma posição de privilégio em

³ Ao tratar do racismo, Grada Kilomba (2019, p.38) destaca que a ‘Outridade’ não apenas designa um sujeito diferente da pessoa branca, mas alguém em relação ao qual o indivíduo branco atribui todas as características que ele/ela não quer que sejam atribuídas a si. O sujeito negro passa a personificar todos os aspectos repressores e desonrosos do ‘eu’ hegemônico da pessoa branca, tornando-se o antagonismo externo.

⁴ A ideia do ‘outro concreto’, de Seyla Benhabib (1986), auxilia a pensar as mulheres enquanto sujeitos diversos, localizados em meio a redes de relações, que se opõem aos entes fictícios universalizados. Muitas vezes, o que se reivindica ser o ponto de vista universal do indivíduo autônomo é apenas a reprodução da experiência de privilégio e poder de determinados sujeitos. A autora salienta a importância de demover a cegueira epistemológica em relação ao outro concreto: cada self constitui sua identidade a partir de um corpo e de relações com experiências de individualização distintas, de maior ou menor sofrimento, com maior ou menor autonomia. O outro concreto, para além das comunalidades com outros selves, tem talentos e capacidades específicas, lutas, necessidades, motivações, buscas e desejos próprios que precisam ser ouvidos e levados em conta em qualquer abordagem ética e política de justiça.

relação a outras tantas mulheres latinas, mas afirmo também um lugar que é parte de minha história: antes de me tornar uma mulher acadêmica, feminista, vegana – elementos que hoje constituem centralmente minha identidade –, fui uma mulher agricultora. Na condição de trabalhadora rural na infância e adolescência plantei e cuidei de muitos dos vegetais que comi e com os quais alimentei os animais que ajudei a matar para depois comer. Vivenciei a realidade da agricultura familiar e o trabalho de plantar e contar com a esperança da boa colheita, que nem sempre se concretizava dependendo das condições do tempo. Presenciei também, ao longo daqueles anos, a crescente dependência da agricultura familiar das sementes híbridas e transgênicas, a variação de preço dos insumos taxados pelo dólar à revelia das necessidades do mercado interno e a falta de políticas públicas mais consistentes para apoiar a agricultura familiar, entre outros aspectos.

A proposta neste texto é buscar nas mulheres do campo e em suas reivindicações alguns elementos para pensar um, dentre tantos possíveis, feminismo latino-americano, sem a pretensão de esgotar a temática. Tratam-se de reflexões iniciais nas quais se parte da experiência de mulheres situadas do Sul global, mais especificamente da Marcha das Margaridas no Brasil, que situam questões e problemas das relações humanas com o meio ambiente como parte de uma agenda feminista, ou, dito de forma mais precisa, de uma abordagem ecofeminista. Parte-se da hipótese de que embora tais mulheres não se autodenominem dessa forma, a literatura ecofeminista auxilia a perceber que a intersecção entre questões de gênero e ambientais são centrais no fazer e pensar feminista das mulheres que integram a Marcha das Margaridas.

⁵ Cabe destacar que a história do protagonismo das mulheres em movimentos ambientais remonta às décadas de 60 e 70, século XX. Maria Mies e Vandana Shiva (1993) destacam que na década de 60, mulheres na Europa e Estados Unidos organizaram movimentos anti-nucleares; na Índia, mulheres se mobilizaram contra empresas madeireiras e mineradoras. Além disso, mulheres participaram de movimentos contra o lixo tóxico, pela paz e pelos direitos animais. Na década de 70, merece destaque o movimento das mulheres de Chipko, Índia, pela proteção das florestas que se estendeu por mais de uma década a partir do ato de abraçar as árvores e não permitir que a floresta fosse derrubada. Maria da Graça Costa (2019) observa que as mulheres sempre estão na linha de frente e em maior número nas lutas contra a destruição do meio ambiente, mesmo nem sempre sendo reconhecidas como principais lideranças em tais grupos. Especialmente em áreas periféricas e rurais, em meio a comunidades tradicionais e aos povos originários do Sul Global, elas constroem redes de mobilização social, as quais são fundamentais na luta por justiça socioambiental. De forma adicional, Maristella Svampa (2015), ao tratar dos feminismos do Sul e dos ecofeminismos, afirma que as mulheres das organizações indígenas e de movimentos socioambientais possuem, sem dúvida, um lugar central nos processos de “feminização das lutas” nos setores populares e médios.

O movimento da Marcha das Margaridas

A Marcha das Margaridas é um movimento social brasileiro de abrangência nacional que recebe apoio de diferentes organizações da sociedade civil. O nome do movimento é inspirado na líder sindical paraibana assassinada em 1983, Margarida Alves, precursora na luta pelos direitos dos trabalhadores do campo. Realizada desde 2000, a Marcha tem revelado uma significativa capacidade de mobilização para as causas das diferentes mulheres do contexto rural: as mulheres do campo, da floresta e das águas. Uma característica central desse movimento de mulheres é a realização de uma marcha na cidade de Brasília, que já contou com seis edições até o presente, destacando-se a última delas ocorrida em 2019, reunindo em torno de 100 mil mulheres, entre 13 e 14 de agosto, em Brasília, sob o lema “Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência”.

Os documentos que nortearam a Marcha das Margaridas de 2019, disponíveis no site da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), são resultado de um trabalho coletivo e de participação para identificar as demandas da realidade das diferentes mulheres que compõem o cenário rural no Brasil. Tais documentos tomam como ponto de partida a necessidade de

(...)afirmar a diversidade das mulheres rurais, como agricultoras familiares, camponesas, sem-terra, acampadas, assentadas, assalariadas, trabalhadoras rurais, artesãs, extrativistas, quebradeiras de coco, seringueiras, pescadoras, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e tantas outras identidades construídas no País. (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2019, p.5).

Esses documentos são constituídos de seis cadernos temáticos, cujos títulos trazem o lema e os dez eixos políticos centrais em torno dos quais a luta das Margaridas se organiza:

- *Caderno 1* – Lema Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência, e o eixo por democracia com igualdade e fortalecimento da participação política das mulheres;
- *Caderno 2* – Pela autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética e pela proteção e conservação da sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns;

- *Caderno 3* – Por terra, água e agroecologia e por autonomia econômica, trabalho e renda;
- *Caderno 4* – Pela autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade e por uma vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo;
- *Caderno 5* – Por previdência e assistência social pública, universal e solidária e por saúde pública e em defesa do Sistema Único de Saúde.
- *Caderno 6* – Por uma educação não-sexista e antirracista e pelo direito à educação do campo. (CADERNO 1, 2019, p.4).

Tais documentos colocam os princípios feministas como parte de um projeto de sociedade. O documento Plataforma Política/Marcha das Margaridas (2019) traduz esses princípios nas ideias de autonomia e liberdade para as mulheres, necessidade de participação política das mulheres para a efetivação da democracia, reconhecimento da articulação entre formas de opressão, discriminação e desigualdade, valorização dos saberes desenvolvidos e acumulados pelas mulheres do campo, da floresta e das águas e, destaca-se, a valorização da vida, “vinculando a defesa da agroecologia, dos territórios, dos bens comuns e da soberania e autodeterminação dos povos” (PLATAFORMA POLÍTICA, 2019, p.11). O documento Caderno 2, cujo tema é a autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética, trata justamente do papel das mulheres na preservação da sociobiodiversidade, sustentando que “as mulheres estão na vanguarda da luta pelos bens comuns como uma alternativa ao neoliberalismo e à privatização e financeirização da natureza” (CADERNO 2, 2019, p.41). Destaca-se ainda neste documento a relação entre a soberania alimentar, o resgate e a preservação das sementes crioulas, dos saberes e práticas agroecológicas como enfrentamento à submissão da agricultura às imposições tecnológicas das grandes empresas transnacionais do setor agrário. O Caderno 3, por sua vez, explica no que consiste uma economia feminista:

A economia feminista entende que a sustentabilidade da vida implica outras formas de produção e consumo e considera que todas as atividades necessárias para a sustentação da vida são parte da economia e propõe que todo o tempo e energia dedicados pelas mulheres sejam considerados trabalho. Que este trabalho seja compartilhado entre as pessoas que convivem numa mesma casa, mas também pelas associações e empreendimentos de economia solidária. E mais, que o Estado assuma parte desses trabalhos, garantindo políticas públicas, como creches, postos de saúde, acesso à água limpa. (CADERNO 3, 2019, p.7).

Conforme se nota, a economia feminista parte da produção do viver, não do mercado enquanto ente abstrato, o que necessariamente envolve o enfrentamento da desigualdade de gênero na divisão do trabalho doméstico e a valorização do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres, bem como o próprio questionamento à divisão tradicionalmente estabelecida entre trabalho doméstico e reprodutivo *versus* trabalho para o mercado e produtivo, uma vez que ambos são essenciais à existência e segurança da vida.

O aporte teórico dos ecofeminismos

Autoras ecofeministas podem oferecer alguns parâmetros teóricos para pensar a interseccionalidade para além de elementos que se referem à subalternização e dominação de grupos humanos, incluindo os problemas decorrentes das relações dualista-hierárquicas de exploração dos humanos com outras formas de vida. O ecofeminismo explicita a existência de interconexões entre diferentes formas de opressão que constituem a sociedade ordenada de modo patriarcal, com destaque para o fato de que as mulheres e a natureza ocupam o lado do dualismo de menor valor, em oposição aos homens e à cultura. A concepção ecofeminista, sustenta Warren (2000), reivindica a existência da mesma lógica da dominação por trás dos diversos 'ismos', assentados em dualismos hierárquicos de valor: racismo, machismo, classismo, capacitismo, heterossexismo, especismo, colonialismo e 'naturismo'. Uma vez que todos os 'ismos' estão entrelaçados e se reforçam mutuamente na estrutura conceitual patriarcal, o que promove a intensificação das consequências negativas sobre certos grupos situados do lado de baixo do dualismo hierárquico, torna-se importante a oposição a todas as formas de desvalorização e preconceito a fim de superar o modelo estrutural da lógica da dominação.

No que concerne especificamente ao dualismo oposicional cultura-natureza, a lógica da dominação aliou-se à ciência moderna, substituindo uma visão orgânica e holista da natureza por uma perspectiva mecanicista, que se transformou no modo predominante de estabelecer relações entre seres humanos e o meio ambiente natural, autorizando

aqueles – em especial o homem branco europeu e heterossexual – a realizarem qualquer tipo de ação que expandisse o domínio e o controle dessa. Para Merchant (1998), a natureza e as mulheres foram aproximadas nesse processo pela feminização da natureza concomitante à naturalização da mulher através da ideia de ausência de racionalidade e de uma suposta sensibilidade e fragilidade femininas. A natureza é vista como um recurso separado, externo e inferior aos seres humanos, que podem explorá-la e dominá-la para favorecerem a si mesmos, analogamente ao que os homens fazem com as mulheres e minorias raciais e étnicas. Assim, o patriarcado sustenta a visão hierárquico-dualista que coloca as mulheres e a natureza do lado do grupo subordinado e autorizado a ser explorado.

No que diz respeito especificamente ao colonialismo moderno na América Latina, importa destacar, conforme salienta Lugones (2014), que os povos originários também eram associados à natureza, uma vez que seus modos de ser que não correspondiam aos papéis tradicionais de gênero, dentro da lógica dicotômica e hierárquica dos colonizadores. Para o sistema colonial moderno de gênero, os povos indígenas das Américas e os africanos escravizados não podiam ser compreendidos como humanos porque não eram homens e mulheres ‘civilizados’, portanto, somente poderiam estar do outro lado do dualismo, o lado inferior da natureza, das espécies não humanas.

O ecofeminismo oferece instrumentos teóricos para questionar a visão mecanicista da natureza, além de reivindicar a construção de novos modos de interagir e se relacionar com o ambiente natural que resistem ao colonialismo. Em *Ecofeminismo*, Maria Mies e Vandana Shiva (1993) afirmam que diferentes movimentos de mulheres ao redor do mundo têm denunciado o capitalismo-patriarcal e desenvolvimentista como causas de problemas sociais e ambientais. As mulheres foram as primeiras a protestar contra a destruição ambiental do desenvolvimentismo capitalista e a se organizar para promover modos alternativos de sustentação da vida em seus diferentes formatos, bem como resistir em diferentes partes do mundo à destruição inerente ao sistema de agricultura industrializada.

No Brasil, merecem destaque os movimentos de mulheres rurais na luta por autonomia, igualdade de direitos e por formas de organização da vida no campo mais justas e equitativas, o que envolve formas críticas de pensar a relação majoritariamente

estruturada de forma dualista entre seres humanos e natureza. As práticas agroecológicas, por exemplo, têm nas mulheres suas principais defensoras e propagadoras. Emma Siliprandi (2018), autora que tem dado voz às mulheres camponesas que se destacam no trabalho com a agroecologia em diferentes partes do país, pontua que muitas trabalhadoras atuam como guardiãs da natureza e têm sido fundamentais na implementação dos sistemas agroflorestais. Essas mulheres enfrentam preconceitos, entre eles o machismo de seus companheiros, para experimentarem as formas de produção de alimentos saudáveis variados por meio de práticas mais integradas aos ciclos da vida natural, que resgatam histórias de relação especial das comunidades e famílias com a floresta. Ainda assim, nem sempre elas são reconhecidas como construtoras de experiências agroecológicas, nem valorizadas pelos saberes advindos das práticas de uma agricultura de resistência e de preservação da biodiversidade. De forma análoga, Maria das Graças Costa (2019) salienta que os saberes de mulheres não brancas e camponesas vêm sendo silenciados, colocados à margem da memória da agroecologia, mesmo dentro de movimentos que lutam pela justiça socioambiental. Por isso, é fundamental trazer à tona tais saberes, práticas e estratégias políticas construídas por grupos subalternizados, a exemplo de mulheres indígenas, camponesas, quilombolas, a fim de desestabilizar as estruturas de poder e saber hegemônicas.

Com a força de um manifesto, assim se expressam as Margaridas sobre a importância de seus saberes:

Exploradas e marginalizadas ao longo da história, habitamos os mais diversos territórios, que por sua vez abrigam diferentes biomas, mosaicos de vida e diversidade. Nós fazemos a agricultura familiar! Produzimos alimentos saudáveis para as nossas cidades e para a nossa população, garantindo a soberania alimentar e a preservação das nossas sementes crioulas, dos nossos ecossistemas e da nossa sociobiodiversidade. Somos guardiãs dos saberes populares que herdamos de nossa ancestralidade! (PLATAFORMA POLÍTICA, 2019, p.4).

Apesar das práticas de enfrentamento e resistência dessas mulheres, as pensadoras ecofeministas destacam que se constituiu um mundo no qual as atividades humanas ocidentalizadas e colonizadoras têm por base a exploração da natureza e das formas de vida não humanas, o que implica adicionalmente a exploração e eliminação de certos modos de vida humanos mais integrados ao mundo natural, a exemplo das comunidades

indígenas e quilombolas. Por isso, a dominação e exploração desenfreada da natureza e dos animais não humanos deve ser também uma questão feminista. Como pontua Inestra King (1997), umas das primeiras autoras ecofeministas, a conquista de direitos pelas mulheres não lhes garante o acesso aos benefícios sociais do desenvolvimento, uma vez que a dominação da natureza se intensifica pelo deflorestamento mundial, acompanhado da exploração e desaparecimento de espécies vegetais e animais, a concentração de terra e a escassez de alimentos, bem como de desastres ambientais decorrentes das atividades humanas. Nesse sentido, questiona a autora, “o que adianta partilhar com igualdade de um sistema que está matando a nós todos?” (KING, 1997, p.126). Trata-se de problematizar um modo de vida assentado no patriarcado capitalista e desenvolvimentista que entende o outro – como alguém a ser dominado e explorado, o que afeta não apenas vidas humanas, mas todo e qualquer formato de vida na Terra.

Ao colocar em questão a objetificação da natureza e a transformação de suas partes em meros recursos a serem expropriados pelos seres humanos para seu próprio benefício, a noção de desenvolvimento sustentável apropriada pelos interesses do mercado, a crença na tecnologia e na ciência como único meio de solucionar os danos os problemas ambientais locais eminentes causados por meio de nosso modo de vida exploratório, a desvalorização do conhecimento dos povos locais e originários e de suas formas de vida mais integradas ao ambiente natural, as abordagens ecofeministas têm algo a dizer sobre como pensar um feminismo interseccional latino-americano que faça frente aos diferentes sistemas de dominação.

É preciso lembrar que mulheres agricultoras que dependem de seus conhecimentos sobre os ciclos de vida da natureza são as mais prejudicadas pela imprevisibilidade do clima decorrente do aquecimento global. A intensificação dos períodos de seca e estiagem leva mulheres a caminhar distâncias cada vez maiores em busca de água. Indígenas, quilombolas e seus conhecimentos dos ciclos da natureza podem ser ameaçados pelas mudanças climáticas e colocar em questão a proteção de seus modos de vida. A perda da terra para os latifundiários grileiros e a monocultura expulsam as etnias minoritárias de seus territórios tradicionais, deixando-as sem meios justos para prover seu sustento. O modo de vida consumidor também ameaça tais formas de vida diretamente dependentes dos conhecimentos por si desenvolvidos sobre os ciclos de vida na natureza. A alimentação

cada vez mais limitada pelas imposições padronizadas de consumo capitalistas e pela dependência da propaganda da indústria alimentar animalizada interferem no modo de vida de tais comunidades, uma vez que o desmatamento está vinculado à produção de cereais para a criação de animais em larga escala, seja pela pecuária extensiva ou intensiva, para prover a dieta denominada pela filósofa brasileira Sônia Felipe (2018) de *omnix vorax* mortal. Essa dieta padrão implica a devastação da vida animal e ambiental, influenciando diretamente na promoção do aquecimento global e situando-se na raiz do ecocídio, isto é, do extermínio de ecossistemas naturais inteiros, seja pela sua derrubada, seja pelo uso descontrolado que os humanos fazem de toxinas e venenos.

O ecofeminismo presente na Marcha das Margaridas: a preservação do meio ambiente, da vida e dos modos de ser das mulheres camponesas

O movimento da Marcha das Margaridas, ainda que nele se desconheçam os pressupostos teóricos das abordagens ecofeministas, traz implicitamente a preocupação com a superação de dualismos hierárquicos e de formas de dominação diversas que perpassam as relações dos humanos entre si e de humanos com outras formas de vida. As ações políticas das Margaridas representam a possibilidade de uma mudança rumo à justiça de gênero e ambiental. Na construção de suas reivindicações e propostas, tais mulheres não se alinham a visão hierárquica e patriarcal arraigada no mundo ocidental desde quando a caça às bruxas representou a tentativa de destruição do conhecimento produzido pelas mulheres e decretou a morte da natureza perpetrada pela ciência moderna ao trazer suas partes para dentro de laboratórios na tentativa de controlar e acelerar os processos de criação e reprodução da vida.

Ao se olhar para o protagonismo dessas mulheres, percebe-se que elas se distanciam do paradigma desenvolvimentista assumido pelo agronegócio como sendo a única possibilidade de produção de alimentos, sustentando não haver espaço para os que não exploram o ambiente natural no sentido de dele 'extrair' todos os 'recursos' que teria a oferecer aos humanos. Nessa perspectiva, as formas de vida não humanas são tratadas meramente como objetos, tendo seu valor determinado a partir de sua utilidade para a

vida de determinados grupos humanos hegemônicos. Na contramão dessa abordagem, as mulheres dos movimentos rurais mostram que a soberania e segurança alimentar dependem do trabalho múltiplo e do conhecimento que elas possuem sobre os processos produtivos, bem como de uma convivência mais harmônica com e integrada à terra e sua diversidade de formas de vida, humanas e não humanas. Elas buscam contribuir para o reconhecimento das relações de interdependência que existem entre humanos e não humanos, superando, segundo apontam Phillips e Rumens (2016), relações e sistemas que negam a vida e não reconhecem o débito humano para com os outros do planeta.

O sistema ocidental que prioriza o 'progresso' econômico, que danifica o envolvimento humano com a natureza e pouco contribui para a redução da fome no mundo, termina por afetar a segurança alimentar e nutricional de populações tradicionais. Além disso, lembram as ecofeministas Mies e Shiva (1993), mulheres e crianças são sempre os seres mais vulneráveis dentro do paradigma desenvolvimentista patriarcal, visto que a exploração desenfreada do meio ambiente pelas atividades do agronegócio intensifica o empobrecimento e a exploração de mulheres e crianças, as quais não são alcançadas pelas promessas de uma vida boa contidas nesse modelo. O suposto desenvolvimento, que deveria criar bem-estar e abundância para todos, expropria o ambiente natural e gera a perda de controle político sobre a base de sustentação atrelada à natureza. Assim, argumentam as autoras, os que mais precisariam da natureza acabam por sofrer com a desigualdade de poder por trás dos processos coloniais e patriarcais de degradação ecológica. Consequentemente, mulheres e crianças são mantidas a margem dos sistemas alimentares, sendo afetadas de forma mais intensa pelos problemas ambientais como a falta de água e a nutrição deficiente. As Margaridas apontam como um problema as ameaças neoliberais à soberania brasileira, reconhecendo que a posição política subordinada do Brasil penaliza “as populações mais vulneráveis da nossa sociedade: mulheres, negras, crianças, jovens, camponesas/es, agricultores/as familiares, quilombolas, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, em toda a sua diversidade” (PLATAFORMA POLÍTICA, 2019, p.6).

O documento Plataforma Política (2019) apresenta uma detalhada descrição dos riscos de expansão do agronegócio para a sociobiodiversidade característica dos diferentes biomas do território brasileiro: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pampa. No

caso da Amazônia, por exemplo, destacam-se os impactos da colonização sobre os modos de vidas e conhecimentos tradicionais, intensificando a exploração, exclusão social e empobrecimento das diferentes comunidades étnicas indígenas e remanescentes de quilombos que ocupam a região. A expansão dos monocultivos, da pecuária e da mineração leva à apropriação e controle territorial por parte de grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, que em nada se preocupam com a gestão sustentável dos bens comuns à medida que priorizam a produção de commodities.

No Cerrado, a crescente devastação das monoculturas ameaça a preservação das águas, pois esse bioma é responsável pela formação e alimentação de grandes rios, a exemplo do rio São Francisco. Dessa forma, ao se olhar para o agronegócio no Oeste da Bahia, região situada em meio ao bioma do Cerrado, percebe-se que os majoritariamente favorecidos são homens brancos e suas famílias, enquanto comunidades tradicionais são expulsas de suas terras pelas práticas de grilagem ou tem o acesso a suas condições de sobrevivência negadas quando terras antes de livre circulação comunitária são cercadas e transformadas em propriedades privadas. Além disso, uma estiagem que se estende em razão das mudanças climáticas não afetará da mesma forma uma família latifundiária que irriga sua produção captando elevadas quantidades de água de rio ou de poços em sua propriedade, cuja exploração é outorgada pelo Estado de forma não controlada, e uma família de uma comunidade tradicional, cujo ciclo produtivo sazonal está inserido dentro das condições ambientais como parte da sociobiodiversidade. Tais mudanças afetam o conhecimento de mulheres e de povos tradicionais sobre ciclos de produção na natureza, aumentando sua vulnerabilidade. De acordo com o documento Plataforma Política (2019, p.8), o Cerrado possui “alto índice de contaminação da água, do solo, do ar e também do leite materno”. Nesse bioma, muitas comunidades tradicionais de uso coletivo da terra têm resistido à cultura dos cercamentos privados de terras, como as apanhadoras de sempre-vivas em Minas Gerais.

De maneira sucinta, pode-se agrupar as reivindicações da Marcha das Margaridas a partir de duas linhas de enfrentamento aos sistemas de dominação: 1) o reconhecimento da importância política e ética de se conceber relações menos exploratórias com a natureza e os ecossistemas locais e, a partir disso, repensar a noção de desenvolvimento; e 2) a importância de assegurar às mulheres e ao meio ambiente a condição de superar dualismos

hierárquicos e opressores para garantir a elas condições adequadas de pleno desenvolvimento individual e coletivo e ao meio ambiente a possibilidade da existência preservada.

No que diz respeito à preocupação ética e política com a natureza, reconhecendo-se como o paradigma do desenvolvimentismo afeta negativamente o meio ambiente, o movimento da Marcha das Margaridas, sobretudo nos Cadernos 2 e 3 (2019), destaca-se pela defesa das práticas ecológicas de produção de alimentos para o autoconsumo, da propagação da agroecologia e dos sistemas de proteção das sementes crioulas, da garantia do acesso à água e aos territórios, do incentivo à criação das zonas livres de transgênicos, o respeito aos modos de produção tradicionais e a adoção de políticas de redução do uso de agrotóxicos. Todas essas medidas se integram no desenvolvimento de uma sociedade na qual a proteção da sociobiodiversidade e dos bens comuns, a redução da pobreza e das desigualdades sociais, sobretudo no campo, sejam uma prioridade em contraposição a um sistema que meramente privilegie os elementos econômicos. Combate-se o agronegócio de geração de *commodities* para a exportação, que tem como centralidade o alimento como mercadoria e não como um direito humano que garante a vida. Conforme mencionam as Margaridas, trata-se do capitalismo agrário que não produz

[...] alimentos ‘de verdade’, agrava o problema alimentar, gerando fome, miséria e degradação da natureza. Nesse processo, os conhecimentos ancestrais e as culturas alimentares, que fazem parte da história das populações que habitam os campos e as florestas, vêm desaparecendo.

A produção da ‘comida de verdade’ depende fundamentalmente da agricultura familiar, camponesa e indígena, que é constantemente ameaçada pelas políticas impostas pelo agronegócio. (CADERNO 2, 2019, p.13).

No que concerne ao segundo direcionamento, principalmente nos Cadernos 4, 5 e 6 (2019), as Margaridas buscam garantir medidas de redução de violência contra as mulheres do campo, acompanhadas de uma educação sexual não sexista, a implementação dos direitos reprodutivos, a promoção da autonomia política e econômica das mulheres via sua inclusão como sujeitos políticos no processo de construção do desenvolvimento rural e a promoção da atenção à saúde da mulher a partir das especificidades de mulheres de diferentes raças, etnias e regiões do país. Essas são medidas que em conjunto garantem o

protagonismo de mulheres em suas próprias vidas, incluindo a constituição de suas identidades individuais a partir da valorização de suas práticas, saberes e trabalho sem que, para isso, tenham de se contrapor à natureza como normalmente ocorre na construção da identidade mestre patriarcal e dominante. Uma identidade que, salienta Val Plumwood (1993), nega as mulheres e a natureza seu espaço de existência plena mediante uma apropriação e incorporação ao modo de ser conquistador, definido a partir de exclusões múltiplas e da aniquilação de outras formas de existir.

As Margaridas percebem a natureza para além de uma visão instrumentalizadora, ou seja, não como um recurso a ser consumido. Phillips e Rumens (2016) afirmam em razão da instrumentalização, o valor da natureza em si mesma é negado, o que gera riscos não apenas para a natureza, mas ameaça a humanidade. A crescente exploração neoliberal da natureza, com sua promessa tecnológica de superação das dificuldades, via soluções de mercado, apenas aumenta a desigualdade e destitui povos tradicionais de sua autonomia e capacidade de sobrevivência. Nesse contexto, as Margaridas rejeitam as políticas de colonização que apenas promovem a morte da natureza dentro dos laboratórios para gerar sementes sem vida, com existência limitada definida pelos empresários do agronegócio. As sementes crioulas que as trabalhadoras rurais resgatam e preservam, ao contrário, promovem e sustentam os ciclos da vida. Essas sementes são essenciais para a proteção e manutenção do patrimônio genético, bem como para garantir a soberania alimentar a partir da biodiversidade de que cada região do Brasil. Por isso, elas reivindicam a criação e ampliação de bancos e casas de sementes crioulas (PLATAFORMA POLÍTICA, 2019) e a valorização do papel de destaque que têm “na preservação dos ecossistemas e das sementes locais tradicionais e/ou crioulas, por deterem um vasto e tradicional saber sobre a biodiversidade” (CADERNO 3, 2019, p.14). Como observam Mies e Shiva (1993), são sementes que mantêm sua capacidade inerente de regeneração e de multiplicação, conservam-se livres na mão das mulheres de comunidades tradicionais.

É importante salientar que as Margaridas também não sustentam uma visão essencialista de mulher, à medida que apontam e valorizam a diversidade de ser mulher no campo e as distintas formas de relações com a natureza por elas concebidas. Ao apresentar as mulheres do campo, da floresta e das águas, incluindo as especificidades da vida de mulheres da Amazônia, do Cerrado, do Pantanal, de outras regiões do Nordeste,

do Sudeste e do Sul, o movimento abre espaço para os diferentes modos pelos quais cada um desses grupos de mulheres constitui sua relação com a natureza, sem uma visão impositiva do que é a natureza e como deve ser preservada, assumida muitas vezes pela legislação e por políticas ambientais de alcance nacional. Também não há qualquer imposição do que é ser mulher. No Caderno 4 (2019), as Margaridas mencionam a importância de combater o racismo e o sexismo, garantir a autonomia sobre o próprio corpo para as mulheres, respeitar as diferentes formas de viver a sexualidade por parte das mulheres e as formas distintas de construção das identidades de gênero. Mas, para além das distinções, o que as une mulheres é uma visão de que suas vidas e seus saberes dependem da integração com a natureza, seu espaço de sustentação. Tal aspecto é representado pela expressão 'Nós, Margaridas', ao mesmo tempo em que cada grupo de Margaridas tem acolhidos seus problemas e é ouvido na busca de reivindicações a serem direcionadas ao poder público.

Diferentemente de um ambientalismo holista, que em geral não olha para as especificidades e necessidades de grupos humanos, tratando a todos a partir do critério de contribuição para o bem-estar e o equilíbrio de comunidades bióticas, as mulheres promovem a valorização dos povos tradicionais e dos saberes locais ao invés de simplesmente acreditarem nas promessas contidas nos conhecimentos ambientais tecnológicos e científicos. São questionados os privilégios de determinados grupos humanos e a desvalorização de outros que se integram de forma menos exploratória aos espaços naturais, mas não são considerados 'produtivos' desde o ponto de vista capitalista por centrarem-se na própria existência. As economias da sobrevivência não ganham espaço em meio a economia capitalista. As Margaridas apontam que o trabalho que realizam no quintal, de produção de alimentos para autoconsumo, não é valorizado, de forma análoga ao que acontece com todo o trabalho doméstico e de cuidado que realiza (PLATAFORMA POLÍTICA, 2019). Nesse sentido, destaca-se a reivindicação da Marcha das Margaridas de valorização e reconhecimento das atividades produtivas e reprodutivas das mulheres, bem como a adequação das políticas de normas sanitárias à realidade da produção familiar e artesanal, promovendo a valorização do conhecimento das mulheres na produção desses alimentos. Reivindica-se o estímulo a "grupos de comercialização e feiras da economia solidária e feminista, de base agroecológica, para que as mulheres possam comercializar

seus produtos” (PLATAFORMA POLÍTICA, 2019, p.22). Note-se que, muitas vezes, as políticas sanitárias do Estado apenas expressam o interesse de grandes conglomerados alimentares para que mantenham o controle de mercados, suprimindo da produção os pequenos agricultores, ou, conforme afirmam Mies e Shiva (1993), marginalizando continuamente as economias alimentares familiares e domésticas.

A Marcha das Margaridas se coloca como um movimento voltado para o desenvolvimento sustentável. No documento de apresentação da Plataforma Política (2019), afirma-se um desenvolvimento sustentável que tenha como um dos pilares a produção de alimentos saudáveis, direcionando-se no contrafluxo do neoliberalismo que transforma a natureza em *commoditie*. A sustentabilidade depende também da valorização do conhecimento e do trabalho produtivo de mulheres na agricultura familiar e nas comunidades tradicionais. Sem autonomia econômica, trabalho, renda, direitos previdenciários e assistência social, saúde pública, educação não-sexista e antirracista não há como a sociedade ser sustentável para todos, sobretudo, para a diversidade das mulheres do campo.

Importa destacar que Mies e Shiva (1993) criticam a noção de desenvolvimento sustentável por se apresentar como um remédio de características coloniais, criado no contexto da própria doença responsável pela destruição da natureza e das condições autônomas de vida de grupos humanos em diferentes partes do mundo, a saber, um sistema econômico colonizador assentado na expropriação da natureza para o acúmulo do capital. Para as autoras, o significado da sustentabilidade se perde à medida que prevalecem as determinações expansivas econômicas e dos mercados de produção e de consumo, ainda que pintados de verde.

Para Phillips e Rumens (2016), muitas vezes as políticas governamentais e de ONGs alinhadas a um suposto desenvolvimento sustentável acabam por compartilhar a crença de que mecanismos de mercado, com auxílio de iniciativas voluntárias, de corporações e associações industriais, vão proporcionar as soluções para os desafios e impactos das mudanças climáticas. Porém, disso resulta apenas o que se denomina de um ‘capitalismo climático’ com suas estratégias para tornar-se ‘verde’ e reduzir impactos do carbono que pouco interferem nos padrões de expansão e crescimento econômico global, constituindo simplesmente novas oportunidades de acumulação do capital.

A Marcha das Margaridas, entretanto, rompe com a racionalidade dessa noção de desenvolvimento capitalista-patriarcal ao desconstruir a visão colonial do espaço rural como um lugar de atraso de ordem econômica, política e social. Defende-se o rompimento da lógica da superexploração da natureza pela agricultura mecanizada de larga escala que expande a produção da monocultura e resulta na desterritorialização dos povos do campo. As Margaridas questionam os limites dos grandes projetos de desenvolvimento financiados com recursos públicos que ignoram as necessidades de povos locais tradicionais e se sobrepõem aos seus modos de vida. Além disso, as Margaridas reivindicam a inclusão das mulheres como sujeitos trabalhadores que produzem o viver baseando-se nos princípios da economia feminista (CADERNO 3, 2019). Trata-se de um projeto de construção de sociedade baseado em interesses coletivos, solidários, mas também diversos e específicos no que tange as multiplicidades de trabalho de mulheres nas esferas de produção e reprodução da vida. O desenvolvimento sustentável não pode, assim, excluir a diversidade de vida das mulheres em cada região do país, sendo fundamental contemplá-las com políticas regionais que as amparem na promoção de seus saberes.

Em suma, o movimento da Marcha das Margaridas permite encontrar diversos elementos em consonância com as propostas ecofeministas por afirmar modos de vida humanos que se constroem com base em relações mais respeitadas com outras vidas, humanas e não humanas. As relações de interdependência com o ambiente natural são reatadas e fortalecidas de um modo não destrutivo, enriquecendo a visão da diversidade da vida em geral e das culturas – a sociobiodiversidade. A Marcha representa uma possibilidade de promover formas de conectividade, responsabilidade e justiça socioambiental, dissolvendo hierarquias e divisões estruturais internas às relações humanas e nas relações humanas com outras formas de vida, que ameaçam a biodiversidade. Assim, aos poucos são promovidas mudanças progressivas, ou pelo menos resistências, nas relações com a natureza e em termos de igualdade de gênero pelas mulheres do campo, sem exclusão e dominação entre si. Esses são também elementos de um ecofeminismo popular, caracterizado por Svampa (2015) como aquele em que a interdependência com a natureza, ou o reconhecimento da ‘ecodependência’, é central, juntamente com valores como a cooperação, a reciprocidade e a complementaridade.

Para além disso, as Margaridas contribuem para pensar um feminismo latino-americano que vem da base da sociedade, de locais de não-privilégio. Conforme destaca a ecofeminista socialista Ariel Salleh (1994), a possibilidade da transformação da sociedade dominadora vem daqueles que estão situados na parte dualista de menor valor, daqueles que ocupam o espaço silencioso da negação de sua identidade. É na ocupação da condição negativa de um não-lugar, da invisibilidade, que se pode perceber a distorção da realidade e mover o conhecimento de forma ativa, isto, é, explorar o potencial do conhecimento que vem de baixo e, assim, superar as separações dualistas do paradigma dominante. É o que Lugones (2014) chama de 'locus fraturado': o lugar da agência do sujeito colonizado, da resistência à opressão e às imposições hegemônicas que pode assumir várias formas. Por isso, o aprender como fazer uma outra sociedade não se dá separado dos saberes daquelas pessoas que mais sofrem com o atravessamento dos sistemas de opressão. São elas que desenvolvem uma força sensível e um conhecimento possível de mover as estruturas de poder. São elas que constroem experiências de redes de empatia, atenção e cuidado para permitir a existência do outro por meio do fortalecimento mútuo e podem ensinar a pensar um movimento inclusivo, que não faça novas vítimas.

As lutas dessas mulheres trabalhadoras do campo, baseadas na solidariedade e criatividade, além de irem ao encontro das finalidades do amplo paradigma ecofeminista, trazem elementos fundamentais para se pensar um feminismo latino-americano: buscam construir uma nova cosmologia que reconhece que a vida na natureza (incluindo a de seres humanos) mantém-se por meio da cooperação, do cuidado e do amor mútuos (MIES e SHIVA, 1993); procuram contribuir para a possibilidade de vidas agradáveis, significativas e tratadas com justiça para todas as pessoas no presente sem que isso destrua as bases ecológicas e a capacidade de manter a vida no futuro Perkins (apud PHILLIPS e RUMENS, 2016); estimulam a preservação e construção de novas identidades humanas e sociais em relação à natureza (PLUMWOOD, 1993).

Os movimentos de mulheres rurais constroem caminhos alternativos para as políticas de colonização da vida, buscando reconstruir simbioses sociais e efetivar a ideia de inclusão e integração, o que é fundamental para pensar o ser mulher na América-latina. O encontro entre a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas e a 6ª Marcha das Margaridas, em Brasília no mês de agosto de 2019, traduziu esse ideal. É um caminho de construção de um

compromisso coletivo de reconhecimento das inter-relações existentes entre as formas de vida que entende que a existência da vida de uma mulher não pode se dar em detrimento da precariedade e da morte de outros seres humanos e não humanos.

Considerações finais

Questões e conflitos ambientais são pontos centrais para as mulheres que ocupam o espaço rural no Brasil e enfrentam o problema do empobrecimento do solo, da poluição das águas, da falta de acesso à terra, da expansão do agronegócio e da monocultura de produção de *commodities*, dos efeitos do aquecimento global e do deflorestamento indiscriminado. A morte da natureza implica a intensificação de um trabalho desvalorizado e da pobreza para essas mulheres, pois dificulta ainda mais a produção de alimentos diversificados para o sustento da família a partir de seus saberes e conhecimentos sobre os ciclos da vida produtiva da natureza. Por isso, um feminismo latino-americano não pode ignorar as necessidades e demandas das mulheres situadas em espaços rurais, sobretudo nas propriedades de pequeno porte, privadas e coletivas, que produzem alimentos, mas também praticam atividades de extração e coleta de alimentos.

Nesse sentido, gênero e meio ambiente/natureza não podem ser trabalhados separadamente na realidade dessas mulheres, conforme se pode verificar nos documentos construídos pelo movimento da Marcha das Margaridas; gênero e meio ambiente/natureza se inter cruzam e exigem a construção de um olhar específico que possa ser receptivo e sensível às complexidades que decorrem dessa intersecção e que se transformam em problemas e demandas distintas para as mulheres camponesas de etnias e grupos sociais diferentes, situadas em pontos geográficos marcados por muitas diferenças ao redor do país. A intersecção torna-se, então, mais complexa, quando, para além de gênero e meio ambiente, leva-se em conta a sexualidade, a etnia/raça, a localidade, entre outros marcadores sociais da exclusão que marcam a diversidade das mulheres no ambiente rural. A Marcha das Margaridas tem-se mostrado um movimento pioneiro na abordagem interseccional dos marcadores sociais das mulheres do campo, da floresta e das águas, constituindo-se em um movimento fundamental para um ecofeminismo latino-americano.

Ainda há muito a avançar na construção de um ecofeminismo latino-americano, que considere central o protagonismo nas lutas sociais e políticas das mulheres do espaço rural no Sul Global, comprometidas com a sustentabilidade de suas práticas de produção de alimentos, de sustento de suas famílias, de relações comunitárias solidárias, de uma economia inclusiva e de sustentação da vida humana e não humana. Também na agricultura familiar pautada em práticas agroecológicas, as mulheres enfrentam a sobrecarga do trabalho doméstico e ocupam, na maior parte das vezes, um papel subalterno nas decisões produtivas na propriedade, geralmente comandadas pelo homem, o que faz com que necessitem de muita coragem para reivindicar espaço de fala e terem sua voz, seus conhecimentos e experiências removidos do lugar silenciado. O espaço rural ainda é lugar para uma violência estrutural profunda contra as mulheres, que apaga constantemente as histórias, saberes e vivências de muitas dessas pessoas, desautorizadas a falar e transmitir conhecimentos válidos sobre si e sobre as relações de cuidado, existência e sustento da vida que constroem com a natureza, contemplando a preservação ambiental e a sustentabilidade.

Referências

BENHABIB, Seyla. The Generalized and the Concrete Other: The Kohlberg-Gilligan Controversy and Feminist Theory. **PRAXIS International**, v. 5, n. 4, p. 402-424, jan. 1986.

CADERNO 1. **Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência, por democracia com igualdade e fortalecimento da participação política das mulheres.** Brasília: Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares (CONTAG), 2019. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_. Acesso em: 05 maio 2020.

CADERNO 2. **Pela autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética; pela proteção e conservação da sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns.** Brasília: Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares (CONTAG), 2019. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_. Acesso em: 05 maio 2020.

CADERNO 3. **Por autonomia econômica, trabalho e renda; por terra, água e agroecologia.** Brasília: Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras

Familiares (CONTAG), 2019. Disponível em:
http://www.contag.org.br/imagens/ctg_7.pdf. Acesso em: 05 maio 2020.

CADERNO 4. **Por uma vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo: pela autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e sua sexualidade.** Brasília: Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares (CONTAG), 2019. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_pdf. Acesso em: 05 maio 2020.

CADERNO 5. **Por saúde pública e em defesa do SUS:** por previdência e assistência social pública, universal e solidária. Brasília: Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares (CONTAG), 2019. Disponível em: http://www.contag.org.br//ctg_pdf. Acesso em: 05 maio 2020.

CADERNO 6. **Por uma educação não sexista e antirracista e pelo direito à educação do campo.** Brasília: Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares (CONTAG), 2019. Disponível em: http://www.contag.org.br//ctg_file_.pdf Acesso em: 05 mai. 2020.

COSTA, Maria da Graça. Conhecimento e luta política das mulheres no movimento agroecológico: diálogos ecofeministas e descoloniais. In: ROSENDO, Daniela; OLIVEIRA, Fabio A. G.; CARVALHO, Priscila; KUHNEN, Tânia A (Org.). **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais.** Rio de Janeiro: Ape'Ku 2019, p. 205-222.

FELIPE, Sônia T. **Carnelatria:** escolha *omnix vorax* mortal. São José: Ecoânima, 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KING, Ynestra. Curando as feridas: feminismo, ecologia e dualismo natureza/cultura. In: JAGGAR, Alison. M.; BORDO, Susan R. **Gênero, corpo, conhecimento.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 126-154.

KUHNEN, Tânia A. A crítica ecofeminista ao paradigma do desenvolvimento: a necessidade de repensar a relação humana com a natureza. In: **Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's World Congress.** Florianópolis: UFSC, 2017. Sem paginação.

KUHNEN, Tânia A. Conexões entre ecofeminismo e movimentos rurais de mulheres no Brasil. In: **Anais do III Seminário Internacional Desfazendo Gênero**. Campina Grande. Com a diferença tecer a resistência. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2017a, p. 794-799.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

MERCHANT, C. The Death of Nature. In: ZIMMERMANN, Michael et al (Orgs.). **Environmental Philosophy**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1998, p. 277-290.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Lisboa: Piaget, 1993.

PHILLIPS, M.; RUMENS, Nick. Introducing Contemporary Ecofeminism. In: PHILLIPS, M.; RUMENS, N. **Contemporary Perspectives on Ecofeminism**. London: Routledge, 2016, p. 1-16.

PLATAFORMA POLÍTICA - **Marcha das Margaridas 2019: por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência**. Brasília: Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares (CONTAG), 2019. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2019.

PLUMWOOD, V. **Feminism and the Mastery of Nature**. Londres: Routledge, 1993.

SALLEH, Ariel. Naturaleza, mujer, trabajo, capital: La más profunda contradicción. **Ecología política**, n. 7, p. 35-47, 1994.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e Sistemas agroflorestais (SAFS): agroecologia e feminismo na floresta. In: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita da Cassia (Org.). **Estudos feministas: mulheres e educação popular**. 2. v. São Paulo: LiberArs, 2018, p.49-60.

SVAMPA, Maristella. Feminismos del Sur y ecofeminismo. **Nueva Sociedad**, n. 256, p. 127-131, mar./abr., 2015.

WARREN, Karen. **Ecofeminist Philosophy: A Western Perspective on What is and Why it Matters**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2000.